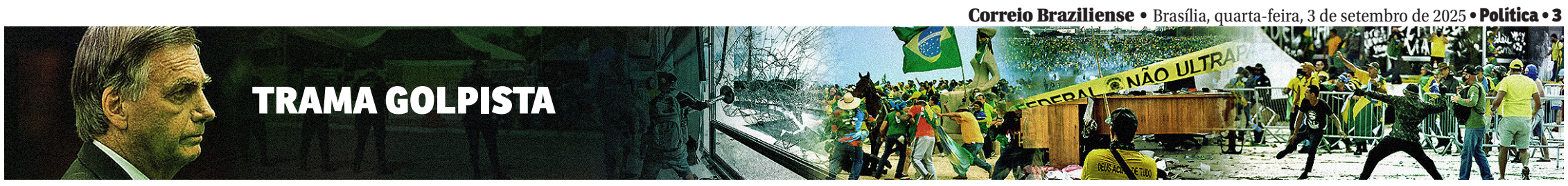

Gonet: é "imperativo" punir

PGR diz que a própria organização criminosa produziu provas elencadas na denúncia e pede condenação de Bolsonaro e aliados

» LUANA PATRIOLINO
» FERNANDA STRICKLAND
» ALÍCIA BERNARDES

Ed Alves CB/DA Press

Paulo Gonet: "Para que a tentativa se consolide, não é indispensável que haja ordem assinada pelo presidente da República"

O procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, reiterou, ontem, o pedido de condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e da cúpula de seu governo, incluindo generais, por participação na tentativa de golpe de Estado. Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), o chamado "núcleo crucial" conduziu a ofensiva antidemocrática, que teve início em 2021, resultando nos ataques violentos de 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão de extremistas invadiu e depredou as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Ao apresentar os argumentos na Primeira Turma do STF, Gonet avaliou como "imperativo" punir o que chamou de tentativa frustrada de ruptura da ordem democrática.

"Os atos que compõem o panorama espantoso e tenebroso da denúncia são fenômenos de atentado com relevância criminal contra as instituições democráticas. Não podem ser tratados como atos de importância menor, como devaneios utópicos, como aventuras inconsideradas, nem como precipitações a serem reduzidas, com o passar dos dias, a um plano bonachão das curiosidades tão só irreverentes da vida nacional", afirmou.

O PGR elencou "múltiplas ações" dos réus, com o mesmo propósito: o de promover a continuidade do então presidente no poder, independentemente do resultado das eleições de 2022. "O grupo, liderado pelo ex-presidente e composto por figuras-chave do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas, com a finalidade de prejudicar a alternância legítima de poder e minar o livre exercício dos demais poderes constitucionais, especialmente do Judiciário", apontou.

Gonet declarou que a denúncia do MPF é sólida e não se baseou em conjecturas ou suposições frágeis. Ele destacou que os próprios integrantes da organização criminosa fizeram questão de documentar quase todas as fases da empreitada.

"Por exemplo: a denominada 'Operação 142' (alusão à interpretação equivocada do artigo da Constituição) foi encontrada em pasta intitulada 'memórias importantes'. A instrução processual serviu para reforçar o poder persuasivo de todos os manuscritos, arquivos digitais, planilhas, discursos prontos e trocas de mensagem sobre o plano de ruptura da ordem democrática, apreendidos durante as investigações", disse.

El citou que, enquanto o controle de constitucionalidade pode ser considerado suficiente para remediar desvios jurídicos, "nenhuma providência jurisdicional, contudo, é de valia contra a usurpação do poder pela força bruta". "Se a intentona vence pela ameaça do poderio armado ou pela sua efetiva utilização, efetivamente não há o que a ordem derruída (derrubada) possa juridicamente contrapor. A defesa da ordem democrática, contudo, acha espaço no direito democrático para se reafirmar, avantajar e dignificar quando o ataque iniciado contra ela não se consuma."

Na avaliação de Gonet, o que está em julgamento são atos "que hão de ser considerados graves enquanto quisermos manter a vivência de um Estado Democrático de Direito".

Entre as provas, estão gravações, manuscritos, arquivos digitais, planilhas, discursos e trocas de mensagens, que revelam, com "precisão e riqueza de detalhes", a estruturação e a atuação da organização criminosa. "Não há como negar fatos praticados publicamente, planos apreendidos, diálogos documentados e bens públicos deteriorados", acrescentou Gonet.

O PGR também destacou, durante a leitura da acusação, que a consumação de uma tentativa de golpe de Estado não depende de uma ordem formal do chefe do Executivo. "Para que a tentativa se consolide, não é indispensável que haja ordem assinada pelo presidente da República para adoção de medidas estranhas à realidade funcional. A tentativa se revela na prática de atos e de ações dedicadas ao propósito da ruptura das regras constitucionais sobre o exercício do poder, um apelo ao emprego da força bruta, real ou ameaçada", acrescentou.

"Ousadias"

Durante sua fala, Gonet classificou como "ousadias" os ataques direcionados a ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele também mencionou ações para reter eleitores no Nordeste, conduzidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), como parte da tentativa de interferir no processo democrático. Para o procurador-geral, tais medidas revelam a gravidade da trama liderada por Bolsonaro e seu núcleo de apoio.

O ex-presidente é apontado na denúncia como o líder da organização. Também são réus na ação penal os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel Mauro Cid.

A denúncia retrata todos os acontecimentos protagonizados por Bolsonaro e pelo então candidato a vice-presidente, Braga Netto, que formaram, com civis e militares, organização criminosa que tinha por objetivo gerar reações capazes de garantir a sua continuidade no poder.

O PGR apontou os discursos públicos e entrevistas em que o então presidente fazia críticas ao sistema eleitoral brasileiro e incentivava ações da população contra o Poder Judiciário. Destacou a campanha de adesão dos comandantes das Forças Armadas ao plano, por meio de reuniões convocadas por Bolsonaro. Segundo Gonet, o golpe não foi consumado por falta de adesão dos comandantes do Exército e da Aeronáutica.

> **Os atos que compõem o panorama espantoso e tenebroso da denúncia são fenômenos de atentado com relevância criminal contra as instituições democráticas. Não podem ser tratados como atos de importância menor, como devaneios utópicos, como aventuras inconsideradas"**

> **"O grupo, liderado pelo ex-presidente e composto por figuras-chave do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas, com a finalidade de prejudicar a alternância legítima de poder e minar o livre exercício dos demais poderes constitucionais, especialmente do Judiciário"**
>
> ***Paulo Gonet,***
> *procurador-geral da República*

Saiba mais

Crimes e penas

A PGR pediu a condenação dos réus pelos crimes de:

» Tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito – art. 359-L do Código Penal (pena de 4 a 8 anos)

» Tentativa de golpe de Estado – art. 359-M do Código Penal (pena de 4 a 12 anos)

» Participação em organização criminosa armada – art. 2º da Lei nº 12.850/2013 (pena de 3 a 8 anos, podendo chegar a 17 anos, com agravantes como uso de arma de fogo e participação de agentes públicos)

» Dano qualificado – art. 163, parágrafo único, do Código Penal (pena de 6 meses a 3 anos)

» Deterioração de patrimônio tombado – art. 62, I, da Lei nº 9.605/1998 (pena de 1 a 3 anos).

Pontos centrais da denúncia

Veja o que sustenta a PGR sobre os atentados contra a democracia

Marcelo Camargo/Agência Brasil

1. Crimes contra a ordem democrática
» A PGR descreve que os denunciados cometeram "crimes de atentado", que se consumam pela realização de atos executórios mesmo sem alcançar o resultado final. Isso inclui a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, danos contra o patrimônio da União e ataques a bens tombados.

2. Bolsonaro como líder de organização criminosa
» A denúncia aponta o ex-presidente Jair Bolsonaro como o chefe de uma organização criminosa armada, com forte enraizamento em estruturas do Estado e apoio de setores militares. O núcleo central envolvia nomes como Alexandre Ramagem, Almir Garnier, Anderson Torres, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto. Mauro Cid, por sua vez, atuava como porta-voz de Bolsonaro.

3. Narrativa de fraude eleitoral
» A partir de 2021, Bolsonaro iniciou ataques sistemáticos ao sistema eleitoral, insistindo em fraudes inexistentes. Documentos apreendidos com Augusto Heleno e Alexandre Ramagem mostraram planejamento prévio para "estabelecer um discurso sobre urnas eletrônicas" e "continuar a criticar a urna eletrônica", incluindo expressões como "fraudes pré-programadas". Mesmo após relatório do Ministério da Defesa confirmar a integridade das eleições, Bolsonaro manteve a narrativa.

4. Uso político de órgãos de inteligência e segurança
» A denúncia detalha a criação da chamada "Abin paralela", uma estrutura clandestina instalada na Agência Brasileira de Inteligência para fins políticos. Esse grupo usava o sistema First Mile para monitorar e espionar alvos, além de criar informações falsas contra ministros do STF. A Polícia Rodoviária Federal também foi usada, direcionando operações em municípios onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve mais de 75% dos votos no segundo turno, dificultando o acesso de eleitores às urnas.

5. Planos de atentado e ruptura institucional
» Foram revelados planos como o "Punhal Verde-Amarelo", que previa a "neutralização" do ministro Alexandre de Moraes e do presidente Lula, por meio de explosivos, armas ou até envenenamento. Outros documentos, como "Operação Luneta" e "Operação 142", traçavam roteiros para anular eleições, prorrogar mandatos, substituir todo o TSE e preparar novas eleições sob controle militar.

6. Minutas de decretos golpistas
» Minutas de decretos foram elaboradas com a finalidade de quebrar a ordem constitucional. Uma delas, encontrada na casa de Anderson Torres, previa decretar estado de defesa no TSE e criar uma "Comissão de Regularidade Eleitoral", sob justificativa de investigar supostas irregularidades nas eleições de 2022. O objetivo final era impedir a posse do governo eleito.

7. Pressão sobre militares legalistas
» Militares que se recusaram a aderir ao golpe, como o general Marco Antônio Freire Gomes (exército) e o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior (aeronáutica), foram alvo de campanhas de ódio e ataques coordenados para destruir suas reputações. Em contrapartida, o almirante Almir Garnier aceitou participar do plano e colocou a tropa à disposição para cumprir ordens do decreto golpista.

8. Financiamento e apoio a atos antidemocráticos
» O grupo incentivou e deu suporte a manifestações em frente a quartéis militares, onde se pedia intervenção. Segundo a denúncia, houve coordenação entre integrantes do governo, como Mauro Cid e Mário Fernandes, e líderes dos movimentos. Além disso, o general Braga Netto teria entregue dinheiro procedente do agronegócio para financiar operações ligadas a essas mobilizações.

9. Operação "Copa 2022" e monitoramento de autoridades
» A PGR cita a operação "Copa 2022", planejada para criar comoção social e pressionar pela adesão ao golpe. Em 15 de dezembro de 2022, militares apelidados de "kids pretos" foram a Brasília para monitorar locais frequentados por Alexandre de Moraes, incluindo sua casa e o STF. A ação, que incluía a possibilidade de "neutralização" do ministro, não avançou porque o então comandante do Exército não aderiu ao esquema.

10. Conexão com o 8 de Janeiro
» Por fim, a PGR afirma que os atos de invasão e destruição nas sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 foram fomentados e facilitados pela organização criminosa. Apesar de alertas de inteligência sobre a violência planejada, Anderson Torres viajou a Orlando (EUA) às vésperas dos ataques, deixando de exercer sua função de garantir a segurança do Distrito Federal. (**Amanda S. Feitoza**)